

Identidade e Etnicidade: Esdras e Neemias

*Renato Gimenes Fialho e Samuel Freitas. Salgado**

Introdução

Este trabalho tem como objetivo captar e compreender elementos constitutivos do processo de formação de identidade e etnicidade nos contextos narrados nos livros bíblicos de Esdras e Neemias.

No entanto, não há como pensar “identidade” de forma descontextualizada, fora da história e do contexto dos indivíduos e dos grupos que se autodefinem. Ao mesmo tempo, não é possível pensá-la sem levarmos em conta fatores ideológicos e subjetivos que compõem o sentido e significado de tais definições.

Em outras palavras, a construção da identidade é um produto das relações que os indivíduos e ou grupos estabelecem, e por isso não podemos e não poderemos falar em uma identidade fixa, permanente, mas num processo de construção constante. Da mesma forma, torna-se difícil pensarmos em “identidade” no singular, uma vez que as trocas pressupõem grupos diferentes e, portanto, identidades diferentes em constante mutação.

Em nosso caso, especificamente, procuramos perceber a construção e reconstrução da identidade judaica num período histórico específico considerando essa realidade: como uma realidade em que se estabelecem relacionamentos e trocas: entre o povo “judeu” e seu contexto histórico (não apenas a questão da dominação persa, mas seu contato com outras culturas e sua relação com outros povos), entre o povo e suas tradições frente a esse contexto, e entre os próprios judaítas.

Tentaremos perceber, pois, o momento de reconstrução apresentado no texto a partir da complexidade dessas relações concretas (a dominação Persa, o interesse do Império Persa na reconstrução) e simbólicas (o sentido e significado da reconstrução), considerando-os não como fatores opostos, mas complementares no processo de “reinterpretação de si mesmo” ao qual o povo judaíta é desafiado.

Entendendo o processo de formação de Identidade e etnia

Identidade e etnicidade são conceitos que não podem ser entendidos separados da dinâmica das relações sociais nas quais e através das quais as pessoas interagem com outras e consigo mesmas.

Identidade pode ser entendida como o que nos possibilita uma diferenciação e ou igualdade em meio a outros semelhantes. Por existir a partir da dinâmica das relações em sociedade, ela está sempre em estado de construção e desconstrução – sempre inacabada. Tomaz Silva assim entende a identidade:

* Mestrandos em Ciências da Religião da UMESP

“... não é uma essência; não é um dado ou um fato... a identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental... podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. Ela está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. Ela tem estreitas conexões com relações de poder”. (WOODWARD, 2000:96)

Como processo social, a construção da identidade também se configura como uma prática de poder, o poder de classificar, de diferenciar, de identificar, de dizer quem pertence ao grupo (nós) e quem pertence a outros grupos (eles).

Quando falamos de identidade étnica só podemos pensar em uma forma coletiva de auto compreensão. A etnicidade é um elemento das negociações explícitas ou implícitas de identidade sempre inseridas nas relações sociais. A construção da identidade étnica é um processo sociolingüístico mediante o qual se firmam as diferenças em relação às quais nossa identidade se coordena, bem como as identificações necessárias para que tal identidade seja efetivamente nossa.

O antropólogo norueguês Fredrik Barth¹, que incorporou pela primeira vez uma abordagem subjetivista da etnicidade em um modelo teórico programático, conceitua etnicidade como sendo:

“um modelo de interação social da identidade étnica que não supõe um ‘caráter’ ou uma ‘essência’ fixa para o grupo, mas, ao contrário, examina as percepções dos seus membros pelas quais eles se distinguem de outros grupos.”(SELVATICI, 2006:?)

O centro da abordagem de Barth é entender a etnicidade como um fenômeno de “processo-orientado”, por meio do qual os grupos étnicos mantêm sua identidade através da manutenção dos limites que os separam de outros grupos. Nesta visão, características culturais servem como material que permite que o grupo mantenha seus limites. Portanto, tais características culturais não constituem a essência da etnicidade. Para Barth, os limites étnicos são apenas os processos que permitem algumas formas de interação e proíbem outras.²

Com essas análises, os conceitos etnicidade e identidade tornam-se quase sinônimos, pois ambos apontam para o processo de auto-representação de um dado grupo social, sendo um processo de caráter histórico e conflitivo.

No processo de construção da identidade étnica, a diferenciação é o mecanismo mediante o qual um grupo social constrói discursivamente os seus “outros”, e a identificação é o mecanismo mediante o qual um grupo social constrói a sua auto-imagem, associa-se a um conjunto de representações, a um discurso a respeito de

¹ Selvatici, Mônica - Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

² Esler, Philip F., Ezra-Nehemiah as a Narrative of (re-invented) Israelite identity in Biblical Interpretation, pág. 413-426.

si mesmo. Neste sentido, identificação e diferenciação são mecanismos comunicativos, discursivos, que operam simultaneamente.

Mitos de origem, genealogias e etiologias, por exemplo, são mecanismos de construção do outro e de si mesmo. Segundo Hall

“Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentido que influencia tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”. (HALL, 1998:50-52).

Temos também como mecanismo de diferenciação e identificação os sistemas classificatórios, que segundo Woodward

“Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la em ao menos dois grupos opostos – nós / eles ... eu / outro ...dando ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais”. (WOODWARD, 2000:7-72)

Os sistemas classificatórios são, normalmente, binários: sagrado / profano; puro / impuro, nós / eles, e assim por diante.

Nas formas de “identidade legitimadora”³ (introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais) a diferença se constrói negativamente, geralmente por meio de oposições binárias em forma de dualismos éticos, étnicos, religiosos, ou sociais, que são percebidos como permanentes, ao contrário da “identidade de emancipação” que afirma e celebra a diferença, reconhecendo o seu valor, sem desconsiderar, entretanto, que nem todo diferente é parceiro na construção de uma sociedade emancipada – não deixa de estabelecer um outro como inimigo, mas não de forma tão permanente como na “identidade legitimadora”.

Esses conceitos nos ajudarão a compreender melhor a questão da construção da etnicidade e identidade judaicas depois do exílio babilônico, bem como nos ajudarão a perceber a importância num momento histórico de reconstrução não apenas da cidade e templo de Jerusalém, mas também de seu conceito de si mesmo, daquilo que faria ou poderia fazer de pessoas diferentes uma “comunidade”.

Faremos isso a partir do conteúdo apresentado nos livros bíblicos de Esdras e Neemias, que retratam o período do retorno do exílio babilônico, da reconstrução do templo e restauração do culto, da reconstrução dos muros da cidade e sua reorganização política, e do estabelecimento da Lei de Moisés (com destaque em alguns pontos específicos) como código não apenas religioso, mas social e civil.

³ Uma das formas da construção da identidade a partir das relações de poder proposta por Manuel Castells em “O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura” – volume 2, pág. 23

Apesar de os livros representarem uma memória e visão posteriores dos fatos (o que explica a grande confusão cronológica dos textos, fato pelo qual não se pode tratá-los como “obras históricas”, no sentido moderno do termo), cremos ser possível perceber questões fundamentais acerca da construção da identidade / etnicidade, questões essas que deviam ser importantes para o grupo que as ressalta através dos textos.

Os livros bíblicos: Esdras e Neemias.

Como já dissemos, nossa intenção é perceber a construção e reconstrução da identidade judaica a partir dos eventos narrados nos livros de Esdras e Neemias, e para um melhor entendimento, faz-se necessário lembrarmos certos aspectos dos mesmos e sua história (anexo 1).

Como vimos, os livros, formavam uma só obra, compilada a partir de tradições diferentes (na verdade, trata-se de várias histórias), pela escola literária denominada “cronista”⁴, por volta do fim do IV século a.C.⁵, com o intuito de restaurar e recriar a identidade judaica depois do exílio babilônico, justificando-o e ao mesmo tempo estabelecendo as bases para a identificação do povo numa nova realidade: o regresso dos exilados e seu reencontro com o grupo de moradores que havia permanecido na Judéia.

Essas histórias visam descrever o processo de regresso dos exilados, ocorrido durante o reinado de Ciro, rei da Pérsia, cujo domínio no território da Babilônia inicia em 538 a.C.⁶.

Muitos problemas têm sido apresentados com relação à veracidade dos fatos narrados, bem como com relação à cronologia apresentada nos livros, que parece muitas vezes não corresponder à realidade, e que apresenta certa “confusão” com relação aos trabalhos tanto de Esdras e Neemias, como de outros grupos citados (Sasabassar e Zorobabel). Não é o objetivo desse trabalho discutir tais questões, ou defender algum ponto de vista acerca da ordem cronológica dos acontecimentos ou da historicidade dos personagens. Entretanto, a fim de extrair subsídios para nosso estudo de construção e definição da identidade judaica, queremos ressaltar a importância de termos em mente que o texto retrata, na verdade, não a “história” propriamente dita, mas a “memória” de alguém, ou de um grupo de pessoas, acerca de fatos ocorridos no passado e que, por alguma razão, ganham importância e necessidade de serem retransmitidos.

Com isso, queremos dizer duas coisas:

Precisamos considerar que o período descrito pelos livros não corresponde ao período de escrituração dos mesmos, mas pertencem a um outro contexto, cerca de um século depois dos fatos;

⁴ Refere-se, neste trabalho, à tradição / escola teológica que, depois do exílio, foi responsável por uma “releitura” das várias tradições e histórias de Israel / Judá e pela “união” dessas histórias e tradições a fim de estimular, na nova realidade, o sentimento de “continuidade” da aliança, do “povo de Yahweh”. Para um aprofundamento sobre o assunto – Gottwald, Norman K., *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica* – pág. 481

⁵ Cervera, Neftalí Vélez, *Reconstrução e identidade – a alternativa de Esdras in Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana n° 9*

⁶ “O primeiro ano do reinado de Ciro”, descrito em Esdras 1.1, refere-se ao seu domínio no território da Babilônia, uma vez que este já dominava o Império Persa desde 550 a.C., aproximadamente.

Precisamos entender qual o período e o contexto que tornaram o conteúdo do livro importante e necessário, a ponto de ser escrito. Em outras palavras, porque a história foi lembrada e contada de tal forma.

Tentaremos abordar essas questões mais do ponto de vista teológico / religioso do que “histórico”, uma vez que o contexto tanto dos fatos narrados como da escrituração do texto insere-se no período de dominação Persa, e embora existam mudanças, cremos que ao menos a forma geral de dominação e relacionamento entre o Império Persa e a região da Judéia não teve grandes alterações nesse período.

Com isso, não queremos desconsiderar os fatos narrados, mas estaremos entendendo-os como a memória de acontecimentos marcantes, tendo a liberdade de trabalhar com o texto sem ter que comprovar a veracidade histórica desses acontecimentos, ou mesmo de seus personagens e, ao mesmo tempo, tentando perceber a complexidade do texto, quais grupos são apresentados e qual o grupo representado no texto.

No entanto, para poder entender os acontecimentos e a complexidade do texto e como os mesmos interferem na percepção que o povo “judeu” tem de si mesmo, será preciso adentrar um pouco no contexto tanto dos eventos narrados, como do tempo da escrituração do livro.

Um resumo da história e das diferentes teologias

Tomaremos por base, neste trabalho, a datação aproximada de 450/445 a.C. para o início do trabalho de Neemias, aceitando, como diversos autores⁷ sugerem, que sua missão foi anterior à de Esdras, embora os livros pareçam querer destacar a missão de Esdras em primeiro lugar, ou mesmo como superior à de Neemias⁸.

Essa datação nos coloca, portanto, no período de dominação do Império Persa, que estabeleceu um programa de considerável autonomia local e respeito pela vida cultural e religiosa de determinados povos, restituindo de maneira seletiva alguns desses povos cativos à sua terra natal, e restaurando seus cultos religiosos. No caso de Judá, havia a necessidade especial de se estabelecer, naquela região, uma comunidade que fosse fiel ao império, e que pudesse ser um referencial militar e político do mesmo, uma vez que se tratava de região estratégica, especialmente devido à proximidade com o Egito, região em que freqüentemente ocorriam rebeliões, causando transtornos ao Império.

Pouco antes de Neemias (cerca de 450 a.C.), houve instabilidade no centro do Império. O rei Xerxes (486-464 a.C.) foi assassinado. Para garantir o trono, seu filho Artaxerxes I (464-424 a.C.) eliminou seus irmãos. Portanto, em meados do século V a.C., o Império Persa passava por um período de turbulência política. Em 465, o

⁷ Mencionaremos apenas quatro como exemplo: **Bright** – História de Israel – pág. 514 e seguintes; **Gunneweg** – História de Israel dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias – pág. 220 e seguintes; **Gottwald** – Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica – pág. 394 e seguintes e **Fohrer** – História da Religião de Israel – pág. 429 e seguintes.

⁸ Muito provavelmente pelo fato de Esdras ser apresentado como “sacerdote e mestre da Lei”, enquanto Neemias é governador e “leigo”. Essa idéia está de acordo com a centralidade que a “lei de Moisés” adquire nos livros, como veremos a seguir.

sátrapa do Egito, apoiado pelos gregos, aproveitou essa instabilidade para rebelar-se contra o poder central. Somente em 455 a.C., o Egito foi novamente subjugado pelos Persas. Por isso, era interesse dos persas fortificar Jerusalém, para servir de fortaleza militar em caso de novas tentativas de rebelião. Era estratégico ter um forte militar na região para barrar qualquer ameaça não somente dos egípcios mas especialmente dos gregos. O período de reconstrução de Jerusalém deve ser visto dentro desse contexto.

As missões de reconstrução, portanto, fazem parte de uma política ampla dos persas. A indicação de Neemias, pessoa de confiança do rei, para a reconstrução de Jerusalém teve motivações políticas.

O investimento que o Império faz na reconstrução de Jerusalém e do Templo, e no re-estabelecimento da Judéia podem ser compreendidos como administração com o objetivo de manutenção do poder imperial.

Dessa forma, alguns líderes foram escolhidos para conduzir grupos de repatriados para a Judéia, e para estabelecer a ordem na região:

Sassabassar: como o primeiro responsável em “assentar a base” para a reconstrução. Isso se deu provavelmente logo após o decreto de Ciro (Esdras 1.1-4), cerca de 538 a.C.

Não se sabe exatamente quais os resultados dessa missão em relação à reconstrução, mas apenas podemos supor que não teve muito êxito, a não ser talvez como “investigação” acerca da terra. Podemos ressaltar que esse primeiro ato está imbuído de obedecer às ordens do imperador Ciro, que decreta uma reconstrução do Templo de Jerusalém. Esse ato imperial não pode ser negligenciado, pois é a partir dele que há o que poderíamos chamar de “primeiro retorno”. Entretanto, Sassabassar desaparece subitamente dos relatos, não sendo informado nenhum resultado de sua “missão” (Esdras 1.5-11);

Zorobabel e Josué, em cerca de 520 a.C. (Esdras 2.1-2; Neemias 7.5-6) reconduzem um grupo de pessoas (Esdras 2.2b-67) que representava os “legítimos descendentes” dos exilados, dando uma idéia do teor da reconstrução e, como veremos, da noção de “identidade judaica” desenvolvida por esse grupo. Zorobabel e Josué figuram como os responsáveis pela reconstrução do Templo de Jerusalém e, mesmo antes dessa construção, pela restauração dos sacrifícios no lugar onde o templo tinha estado, demonstrando a importância do mesmo.

“Estabeleceram o altar em seu lugar – apesar do medo que tinham dos povos das terras – e ofereceram sobre ele holocaustos a Yahweh, holocaustos da manhã e da tarde” (Bíblia de Jerusalém - Esdras 3.3)

Essa informação concorda com o que pode ser verificado nos livros de Ageu e Zacarias, em que Zorobabel aparece como figura messiânica, descendente de Davi, o que pode ter justificado seu “desaparecimento” da história de reconstrução, talvez para evitar (ou abafar) algum tipo de insurreição judaíta contra o Império. (Referências sobre a figura de Zorobabel: Esdras 2.2. 3.2;8. 4.2-3. 5.2. Neemias 7.7. 12.1;47. Ageu 1.1;12;14. 2.2;4;21;23. Zacarias 4.6-7;9-10).

No início da reconstrução do templo, povos que moravam na região quiseram ajudar e não foram aceitos por Zorobabel, Josué e outros chefes israelitas, que

demonstram com isso a intenção étnica segregária da reconstrução e o desenvolvimento da idéia de “identidade legitimadora” apresentada anteriormente, tendo como objetivo a definição por diferenciação “nós X eles”.

Os “fatos históricos” e as datas apresentados nessa parte do livro de Esdras são absolutamente questionáveis. Há indícios de que houve de fato uma paralisação na construção, mas as datas sugeridas pelos textos devem ser questionadas.

Ganham destaque, mais uma vez, ao término da construção, a ênfase segregária do texto: (Esdras 6.16 e 6.19;21):

“Os filhos de Israel – os sacerdotes, os levitas e o resto dos exilados – celebraram com alegria a dedicação deste Templo de Deus”.

“Os exilados celebraram a Páscoa no dia catorze do primeiro mês”.

“Comeram a Páscoa: os filhos de Israel que tinham voltado do Exílio e todos os que, tendo rompido com a impureza das nações da terra, se tinham juntado a eles para buscar a Yahweh, o Deus de Israel.(Bíblia de Jerusalém)

A missão de Neemias: reconstruir as muralhas da cidade (2.8;6.15;12.27-43), garantir o sustento do pessoal responsável pelo culto (Ne 10.33-34). Neemias teve também de enfrentar protestos na comunidade promovidos por pequenos proprietários endividados e escravizados, que o levaram a fazer reformas sociais para resgatar os mínimos direitos das pessoas (Ne 5.1-19). Esses grupos conseguiram que Neemias atendesse suas reivindicações e promovesse uma reforma social. No entanto, essas medidas não faziam parte do projeto original de Neemias. Sua reforma foi conseqüência do clamor do povo empobrecido.

A reforma de Neemias, não alterou a estrutura de opressão. A volta a uma certa normalidade social garantia a continuidade da reconstrução de Jerusalém, da exploração dos nobres de Judá e do próprio sistema Imperial. A situação do povo foi aliviada para não desestabilizar toda a estrutura, porquanto qualquer agitação na região não era bem vista pelos persas. Por isso, Neemias procura amenizar a miséria do povo a fim de que eles continuassem a pagar seus tributos ao rei persa. Neemias era governador da terra, e sua missão foi também defender o cumprimento da Lei do Império que, em seu contexto, significava a Lei Religiosa. A obra social empreendida por Neemias pode ser vista também como um esforço para a aplicação de princípios da Lei, tanto da antiga Lei Deuteronomista⁹ pré-exílica (e seu desenvolvimento posterior, sem dúvida), quanto do desenvolvimento Sacerdotal¹⁰ da Lei, ocorrido no exílio, ao mesmo tempo em que sugere uma

⁹ Chamaremos de “deuteronomismo” a corrente de tradição teológica que tem na ética comunitária, nos princípios de manutenção de liberdade e solidariedade as bases da aliança com Yahweh e da religiosidade. Não poderemos aprofundar em questões cronológicas e literárias, mas podemos entender que tal tradição esteve presente na vida de Israel pelo menos desde o tempo de “definição” da fé Javista, no período monárquico. Para um aprofundamento sobre o assunto - Crüsemann, Frank, A Torá – Teologia e história social da lei do Antigo Testamento – pág. 283-382.

¹⁰ Código Sacerdotal – tradição teológica posterior ao deuteronomismo, provavelmente um desenvolvimento teológico da época do exílio e posterior a este, que buscava responder às questões teológicas dessa época: não

preocupação bastante interessante com a construção da identidade do povo, a partir do sentimento de pertença à comunidade pela valorização das necessidades e dificuldades dos grupos. Percebemos, já no trabalho de Neemias, a presença de conflitos de interesses e de ideais, e Neemias parece assumir referenciais teológicos diferentes, como veremos a seguir, a fim de satisfazer aos diversos grupos sociais e teológicos que aparecem no livro:

Ele reconstrói os muros, contando com o trabalho da população das cidades da Judéia (que cercavam Jerusalém); Neemias 3.1-32; Podemos pensar que a reconstrução dos muros favoreceu (propositadamente ou não) a idéia da “cidade Templo”¹¹, pois, foi a partir dela que o serviço do Templo pôde ser plenamente restabelecido - Neemias 7.1. “Quando a muralha ficou reconstruída e eu fixei os batentes, os porteiros (os cantores e os levitas) foram colocados nos seus postos”(Bíblia de Jerusalém)

Estabelece apoio aos fazendeiros empobrecidos e decreta, de acordo com a antiga Lei Deuteronomista, o “perdão de dívidas” que nos lembra Deuteronomio 15.12-18 e Levítico 25.39¹² (anexo 2);

Restaura as Festas Religiosas;¹³ Esdras 6.19-21;

“Os exilados celebraram a Páscoa no dia catorze do primeiro mês. Os levitas tinham se purificado como um só homem e por isso, todos estavam puros; imolaram, a páscoa para todos os exilados, para seus irmãos os sacerdotes e para eles próprios. Comeram a Páscoa: os filhos de Israel que tinham voltado do Exílio e todos os que, tendo rompido com a impureza das nações da terra, se tinham juntado a eles para buscar a Yahweh, o Deus de Israel.”

Leitura da Lei (ensino) e acordo do povo – Neemias 8.1-9; 13; 9.3; 9.38; 13.1;

“...todo o povo se reuniu como um só homem na praça situada defronte da porta das águas. Disseram ao escriba Esdras que trouxesse o livro da lei de Moisés, que Yahweh havia prescrito para Israel....no segundo dia, os chefes de família de todo o povo, os sacerdotes e os levitas se reuniram de em torno do escriba Esdras, para estudarem as palavras da Lei....de pé, cada um no seu lugar, leram o livro da Lei de Yahweh seu Deus durante a quarta parte do dia; durante outro quarto do dia confessaram seus pecados e se prostravam diante de Yahweh seu Deus...Por causa disso tudo, assumimos um

mais a queixa pelo que se perdeu ou a culpa, mas as conseqüências e o novo começo – um planejamento de vida depois do exílio. Para um aprofundamento sobre o assunto - Crüsemann, Frank, A Torá – Teologia e história social da lei do Antigo Testamento – pág. 392.

¹¹ De acordo com Albertz, a noção de Jerusalém como “Cidade Santa” e “Cidade Templo” tem início com a impossibilidade, na época da reconstrução do Templo, em estabelecer separações estritas entre as partes do mesmo, e entre o Templo e a cidade. Uma vez que os limites do Templo ficaram “fluídos”, era necessário manter a santidade na cidade toda, a fim de que o Templo não fosse contaminado por pessoas impuras.

¹² Apesar das implicações políticas já mencionadas da atitude de Neemias, não podemos esquecer que tal atitude dever ter tido sua motivação e ou base, na antiga Lei Deuteronomista, que visava à igualdade e liberdade, e para a qual a posse familiar da terra é fundamental.

¹³ Dessa vez, a atenção se volta para a lei Sacerdotal e para a necessidade de manutenção do Templo, sacerdotes e levitas a partir da participação popular nas festas e ritos!

sério compromisso por escrito. No documento selado constam os nomes dos nossos chefes levitas e sacerdotes...Naquele tempo fez-se ao povo uma leitura do livro de Moisés...”

Separação dos estrangeiros e ênfase na pureza étnica / hereditária – Neemias 13.1-3; 13.30, com referência a Deuteronômio 23. 4-6 (anexo 3);

Enfatiza a guarda do sábado – Neemias 13.15 e seguintes;

Naqueles dias, vi em Judá gente que, em dia de sábado, calcava no lagar; outros que transportavam feixes de trigo, colocavam-nos sobre os jumentos, e também vinho, uvas, figos e toda espécie de cargas, que queriam trazer para Jerusalém em dia de sábado: admoestei-os para que não vendessem seus produtos... (outros) traziam peixe e mercadorias de toda espécie para vendê-las aos judeus em dia de sábado. Repreendi dizendo: Que coisa abominável estais fazendo, profanando o dia de sábado!...mandei que, mal as sombras caíssem sobre as portas de Jerusalém, logo antes do sábado se fechassem os batentes e que não se abrissem senão depois do sábado. Coloquei alguns de meus homens nas portas para que nenhuma carga entrasse no dia de sábado. (Bíblia de Jerusalém)

Esdras, Sacerdote e escriba (Esdras 7.5-6) personagem cuja historicidade não pode ser afirmada, teria trabalhado no projeto de reconstrução num período provavelmente posterior ao de Neemias, embora a definição da data desse trabalho, como mencionamos anteriormente, não possa ser facilmente estabelecida. Na verdade, estranha-se o fato de a história de Esdras ser interrompida pela de Neemias, e retomada do mesmo modo repentino, especialmente se considerarmos que o trabalho de Neemias durou cerca de 12 anos, período em que Esdras teria “desaparecido” da história. O que podemos supor é que a obra literária (ou as obras, como as temos hoje) foi editada por alguém que tentou unir histórias diferentes, fazendo isso de forma um tanto desajeitada, muitas vezes. De qualquer forma, o que podemos perceber de sua atuação é que sua missão foi regulamentar e aplicar a Lei, fazendo com que o povo se comprometesse em cumpri-la.

Qual seria, no entanto, essa Lei?

Tradicionalmente, a figura de Esdras está relacionada com a formação da Torah¹⁴, a Lei de Moisés, cujo conteúdo seria resultado de um acordo entre grupos religiosos diferentes. Podemos pensar, a partir do trabalho de Albertz¹⁵, que tal Lei teria a intenção de regulamentar a religião da comunidade da Judéia, recentemente restaurada, unindo pessoas diferentes e dando-lhes uma identidade comunitária a partir de eventos passados, de uma origem comum¹⁶. Especialmente se considerarmos a designação dada a Esdras – mestre da Lei e Sacerdote, perceberemos que os principais grupos representados nesses escritos (Torah) são o de teologia deuteronomista (obviamente, não mais o deuteronomismo inicial, mas

¹⁴ Rainer Albertz, A History of Israelite Religion in the Old Testament Period, pág. 466

¹⁵ Ibid, pág. 437-480.

¹⁶ Lembrar o papel da memória / história comum na construção da identidade de um grupo, segundo as categorias de Hall em “A identidade cultural na pós-modernidade”, pág. 50-52

seu desenvolvimento), e a teologia sacerdotal, desenvolvida especialmente no exílio. As obras de Esdras e Neemias, como mencionamos anteriormente e ainda destacaremos, apresentam características desses dois pensamentos, numa tentativa de harmonização que pode ter sido a missão dos livros!

Conflitos em Esdras e Neemias e a “Lei de Moisés”

Como dissemos, a escrituração do texto da Lei obedeceu aos interesses imperiais de reconstrução da identidade da comunidade judaíta e estabelecimento de sua fidelidade ao Império Persa, mas não podemos ser reducionistas e ignorar a grande oportunidade e o desafio teológico religioso que esse momento representou.

Sabemos que a terra da Judéia não ficou vazia durante o período do exílio – ao contrário, o grupo dos exilados era composto basicamente pela “elite” (minoría) de Judá e, durante o exílio, a terra continuou habitada pela população mais simples (maioría), que continuou sua vida, desenvolvendo sua religiosidade, sua identidade, e sua Lei, baseada especialmente na Teologia Deuteronomista do período pré-exílico, mas assumindo características bastante sincréticas, uma vez que não havia como evitar contato com outros povos.

Ao mesmo tempo, no exílio, o povo exilado desenvolve sua fé. Ambos os grupos o fazem de forma não oficial, sem um referencial único e sem um líder único. Em outras palavras, não existe mais Religião Oficial de Yahweh. Isso faz com que, tanto entre o povo que permanece em Judá como entre os exilados se desenvolvam várias visões de mundo, várias correntes teológicas muitas vezes rivais e conflitantes, todas com a intenção de ser a “verdadeira religião de Yahweh”. Certamente, as raízes desses diversos pensamentos teológicos eram presentes desde antes do exílio, porém, sob a égide de um reino (especialmente após ter-se decretado o Javismo como Religião Oficial), a identidade do grupo era mantida. A nova situação desenvolveu a necessidade de nova compreensão acerca da identificação de quem é o “verdadeiro Israel”, uma vez que não havia (nem haveria) mais o Reino de Israel ou Judá. Os vários grupos conflitantes estabelecem a seu modo, portanto, a resposta a essa importante questão, a fim de preservar a própria identidade.

Entre os exilados, esse movimento de “ressignificação teológica” parece ter sido mais evidente, mas é com o retorno e confronto com o povo da Judéia que percebemos mais claramente essas diferenças – diferenças que os livros de Esdras e Neemias não escondem!

De forma especial, percebemos que os grupos sociais apresentados representam, de certa maneira, as “correntes teológicas” em questão (anexo 4).

Havemos de compreender, entretanto, que essas correntes teológicas não se desenvolvem individualmente / separadamente. Ao contrário, as correntes se cruzam, se misturam, e interferem uma na outra, dando sempre origem a novas leituras. Dessa forma, “deuteronomismo”, “teologia sacerdotal”, “profetismo escatológico”, “sabedoria” (para citar apenas algumas das correntes existentes no período), não podem ser vistas como realidades independentes uma da outra, especialmente porque, cada uma a seu modo, pretendia corresponder à “verdadeira religião”.

Teologicamente, pois, a situação do povo já era confusa tanto entre os exilados como entre o “povo da terra”, e já existia certamente a preocupação com a manutenção da identidade (talvez a causa maior do sentimento segregário dos exilados, por exemplo). A proposta de Ciro representa, nesse contexto, um enorme desafio: este dá a oportunidade para que se reconstrua uma identidade, para que se reconstrua uma “nova comunidade”. Mas como falar em “identidade” diante de grupos tão diferentes, em que cada um se define como “verdadeiro Israel?”

Havia necessidade de estabelecer um “padrão” que determinasse quem seria o verdadeiro Israel, uma vez que não haveria restabelecimento do Reino (estavam submetidos ao poder do Império Persa). Nesse ponto, podemos pensar nas obras de Esdras e Neemias como a “solução” para a definição da identidade do povo – solução que atenderia ao mesmo tempo às necessidades do Império Persa, que desejava uma comunidade leal: desenvolver o sentimento de identificação do grupo através de uma base comum. Essa base comum seria a autoridade da Torah recém compilada.

Era preciso que os diversos estratos do povo voltassem (ou começassem) a considerar-se um “povo”, uma comunidade. Para isso, era preciso ter laços fortes. A Lei de Esdras e Neemias se apresenta, nesse contexto, como a solução para a definição da identidade do grupo!

Como mencionamos anteriormente, Albertz¹⁷ propõe que a Lei apresentada no livro de Esdras e Neemias, seria um “acordo” entre a anterior Lei Deuteronomista (defendida pelo “povo da terra”) e o desenvolvimento Sacerdotal adquirido no exílio levado pelos repatriados. Sua proposta é que a partir da necessidade de identificação dos grupos e com o apoio do Império Persa, houve um trabalho consciente de releitura e revisão, em que os grupos “rivais” entrariam num acordo em que ambas as visões teológicas seriam contempladas, a fim de servir de base para o estabelecimento de uma “Religião Oficial de Israel”. Essa união entre as Teologias Deuteronomista e Sacerdotal teria composto uma versão da Torah – A Lei de Moisés, e seria o elo capaz de unir os diversos grupos do povo, uma vez que apresenta tradições dos grupos principais, e une todos os grupos em um início comum!

Certamente, esse “acordo” não agradou a todos os grupos teológicos existentes, mas conseguiu estabelecer um padrão / paradigma diante do qual todas as propostas teológicas (profetismo, a sabedoria...) seriam medidas, daí por diante.

Nos livros de Esdras e Neemias, a união dessas tradições pode ser percebida na forma como a identificação do povo se processa, na resposta que se dá à questão “quem é o verdadeiro Israel?” a partir da centralidade da Lei de Moisés!

A Lei e as Bases da Identidade do Grupo

Os livros se propõem a responder à questão: “quem é o povo de Israel?”, e o faz baseando-se numa Lei que, como dissemos, compreende uma recomposição e desenvolvimento das tradições deuteronomistas e sacerdotais – com acréscimos

¹⁷ Rainer Albertz, A History of Israelite Religion in the Old Testament Period, pág. 437-480.

inéditos, sem dúvida. As diversas tradições convergem para a Lei de Moisés, e esta passa a ser o parâmetro para tudo!

Com base na Lei, os livros de Esdras e Neemias apresentam alguns “padrões” para determinar quem pertencia ao povo de Israel:

1. Ancestralidade – genealogia e grupos de famílias, com ênfase na pureza étnica, pela visão de Israel como “povo da Aliança” e no estabelecimento de autoridade às famílias / clãs, de acordo com o modelo pré-estatal. Percebe-se a tentativa de buscar no passado a base para a reconstrução da identidade presente e futura de Israel (especialmente falando, num tempo em que não havia reino... como novamente não havia!). Percebemos que essa ênfase provém da tradição deuteronomista;

2. Culto no templo e rituais – festas e sacrifícios religiosos, centralidade e necessidade de culto em Jerusalém e a ênfase na “cidade santa”. Nesse período, percebe-se uma tentativa de tornar o povo mais participante não apenas dos rituais do Templo, com o desenvolvimento de várias formas de rituais pessoais, mas também com relação à manutenção do Templo e do Culto. O Templo não deveria ser “estatal” (uma vez que não havia Estado), mas do povo. Sem dúvida, isso aumentaria (como de fato aconteceu) a carga tributária do povo, mas esperava-se que o sentimento de identificação fizesse com que o povo se alegrasse em contribuir (como o texto dos livros parece sugerir... ou querer incentivar!);

3. Cumprimento minucioso da Lei – desenvolvimento da devoção familiar e pessoal, em que o cumprimento da Torah seria uma forma de relação pessoal com Deus. Esse pensamento está de acordo (e desenvolve) um certo tipo de “teologia moral” percebida em textos sapienciais, e pode ser percebida de forma especial nas orações de Neemias.

Percebemos, pois, que a lei tornara-se o ethos¹⁸ fundante da reorganização identitária, não só dos exilados que retornam, mas de todos os judaítas. É através dos costumes (ethos) que a identidade cultural se organiza na comunidade, tanto dos que haviam permanecido na terra, quanto dos que retornam do exílio.

Concluindo: identidade e etnicidade em re-construção

Novamente, estamos diante das questões de “identidades”. Não há como falar em apenas um tipo ou modelo de identidade judaíta, mesmo diante de propostas de unificação como a dos livros de Esdras e Neemias. As várias formas de definição da identidade, de definição e transformação cultural continuam sendo desenvolvidas com a vida, porém com uma diferença: a Lei de Moisés passa a ser o fator decisivo, através do qual todos se definem diante dos outros grupos da sociedade.

Em Esdras e Neemias, essa Lei serve de base para os princípios de hereditariedade e consangüinidade, para o Templo e seus rituais, para as festas religiosas e a guarda do sábado e para a vida de ética fraternal, que deveria estabelecer a relação de oposição presente em todo ideal de identidade, uma vez que apenas definimos quem somos a partir da percepção de quem “não somos”. O

¹⁸ Palavra grega que significa costume. Costume é uma criação cultural, humana; é a forma pela qual o humano transcende a natureza e realiza ações dotadas de valor.

povo de Yahweh é “este povo” que recebe e obedece à Lei de Moisés. Não podemos negar o caráter segregário e restritivo do livro: pertencem a esse povo os repatriados, os que obedecem rigorosamente aos princípios da Lei, os de etnicidade “pura”. Todos os demais são “outros”, vistos com certa hostilidade pelo livro.

No entanto, ainda nesse período esses referenciais não devem ter agradado a todos os grupos judaítas, e a partir de então, no decorrer do tempo, percebemos que alguns pontos salientados nos livros de Esdras e Neemias (necessidade de pureza étnica / hereditária, da pureza geográfica e da importância do Templo) são aos poucos deixados de lado, ou por não agradarem a determinado grupo¹⁹, ou devido a circunstâncias históricas (pois nem todos os que se consideravam judeus voltaram para a Judéia, por exemplo), mas permanecia a obediência à Lei como referencial para a identidade judaica, e para sua definição diante dos outros grupos. Podemos dizer, dessa forma, que para a comunidade, ou para “as comunidades” judaicas do período de Esdras e Neemias em diante, o que definiria e responderia à questão “nós/ eles” seria a Lei de Moisés (essa acordada, segundo a sugestão de Albertz já citada).

Outro ponto que temos que mencionar é que nenhuma das diversas correntes teológicas do período conseguiu realizar seus ideais utópicos, e isso deve ser compreendido também no que se refere à Lei de Moisés, apresentada por Esdras e Neemias.

Queremos dizer com isso que mesmo não podendo afirmar que o que se apresenta nos livros realmente aconteceu, o mesmo representou um ideal que o povo via como possibilidade, uma possibilidade baseada em sua “memória” passada e que deveria ser buscada no presente. Dessa forma, a Lei de Moisés representa uma memória capaz de gerar utopia – de fazer a comunidade se identificar e caminhar numa direção, e os livros de Esdras e Neemias funcionam da mesma forma – uma “memória” do período da reconstrução que, cerca de cem anos depois da mesma, deseja incentivar o grupo de judaítas a assumir uma postura diante da vida, de si mesmo e dos outros, tendo a Lei de Moisés como referencial.

¹⁹ Podemos citar, nesse sentido, a elaboração dos textos que mais tarde comporiam o terceiro bloco do cânon judaico – Os Escritos – composto por obras em que a presença estrangeira é bem vinda (como em Jonas e Rute, por exemplo), ou textos apocalípticos, como Daniel, ou mesmo os livros de Sabedoria. Mesmo apresentando visões de mundo e teologias diferentes, esses livros relacionam-se, de alguma forma, com a Lei de Moisés, ou pelo menos não se opõem a ela.

Neemias 13

29 וְאֶבְרִיָּהוּ מֵעָלַי: 29 זְכָרָה לָהֶם אֱלֹהֵי עַל נְאֻלֵי הַכְּהֻנָּה וּבְרִית
 30 הַכְּהֻנָּה וְהַלְוִיִּם: 30 וְשִׁהְרָתִים מְכַל־נְכָרֵי אֲוֵעֲמִידָה מִשְׁמֵרוֹת
 31 לַכְּהֻנִּים וְלַלְוִיִּם אִישׁ בְּמִלְאֲכָתוֹ: 31 וְלִקְרָבָן הָעֲצִים בְּעֵתֵים
 מְזֻמָּנוֹתֵי וְלַבְּפוֹרִים זְכָרָה לִי אֱלֹהֵי לְטוֹבָה:
 סכום הפסוקים שלספר
 שש מאות ושמונים וחמשה
 וחציו ובין עלית³⁷
 וסדרים י

A Massora final aparece sempre após o término dos livros bíblicos nos códices massoréticos como também nas edições impressas. A Massora final (Mf) informa o total de versículo, o total dos *sedarim* (seções de leitura) e também o versículo que assinala a metade exata do livro bíblico (o versículo central). Em suma, são dados estatísticos referentes ao texto de cada um dos livros bíblicos.²¹

סכום הפסוקים שלספר
 שש מאות ושמונים וחמשה
 וחציו ובין עלית³⁷
 וסדרים י

total de versículos do livro:
 (quantidade escrita) e (nº) e sua metade
 é: (cf. ao versículo) e (o nº) de *sedarim*

História da Divisão

Na tradição grega, no século III com Orígenes essa única obra literária tinha sido dividida em duas partes.

Mais tarde (342-420) Jerônimo, o tradutor da Bíblia para o latim (Vulgata), adotou e popularizou essa divisão em dois livros.

Quando ainda eram considerados como um único livro, este recebia o nome de Esdras. Com a divisão, surgem maneiras diferentes de designá-los, como segue:

Na vulgata: 1º Esdras (*Esdras canônico atual*) e 2º Esdras (*Neemias canônico atual*); 3º Esdras um livro apócrifo, que contém partes de 2º Crônicas 35-36, Esdras 1-10 e Neemias 8, que se encontra em forma de apêndice. Inclui em seu apêndice ainda um outro livro apócrifo com o nome de 4º Esdras – um apocalipse judaico do final do século I d.C.

Na tradição grega, o livro canônico de Esdras recebe o nome de 2º Esdras (□□□□□□ □); e o canônico de Neemias recebe o nome de 3º Esdras (□□□□□□ □). Nessa tradição, o 1º Esdras (□□□□□□ □) ficou para um livro apócrifo que foi intercalado entre Crônicas e Esdras canônicos.

²¹ Edson de Faria Francisco - Manual da Bíblia Hebraica – Introdução ao Texto Massorético — pág. 110.

Anexo 02

Neemias 5.5b; 9-12	Deuteronômio 15.12-18	Levítico 25.35-41
<p>...temos que entregar à escravidão nossos filhos e filhas; e há entre nossas filhas algumas que já são escravas! Não podemos fazer nada, porque nossos campos e nossas vinhas já pertencem a outros.</p> <p>...Não está certo o que fazeis. Não quereis caminhar no temor de Deus, para evitar os insultos das nações, nossas inimigas?. Também eu, meus irmãos e meus homens emprestamos-lhes dinheiro e trigo. Pois bem! Perdoemos-lhes essa dívida. Restituí-lhes sem demora seus campos, vinhas, oliveiras e casas e perdoai-lhes a dívida do dinheiro, do trigo, do vinho e do óleo que haveis emprestado. Responderam: "Nós restituiremos; não exigiremos nada mais deles: faremos como disseste". Chamei então os sacerdotes e fi-los jurar que agiriam segundo essa promessa.</p>	<p>Quando um dos teus irmãos, hebreu ou hebréia, for vendid,o a ti, <u>ele te servirá por seis anos. No sétimo ano tu o deixarás ir em liberdade.</u> Mas, quando o deixares ir em liberdade, não o despeças de mãos vazias: carrega-lhe o ombro com presentes do produto do teu rebanho, da tua eira e do teu lagar. Dar-lhe-ás conforme a bênção que Yahweh teu Deus te houver concedido. Recorda que foste escravo na terra do Egito, e que Yahweh teu Deus te resgatou. É por isso que eu te dou hoje esta ordem.... Que não te pareça difícil deixá-lo ir em liberdade: <u>ele serviu durante seis anos pela metade do salário de um diarista.</u> E Yahweh teu Deus te abençoará em tudo o que fizeres.</p>	<p>Se o teu irmão que vive contigo achar-se em dificuldade e não tiver com que te pagar, tu o sustentarás como a um estrangeiro ou hóspede, e ele viverá contigo. Não tomarás dele nem juros nem usuras, mas terás o temor do teu Deus, e que o teu irmão viva contigo. Não lhe emprestarás dinheiro a juros, nem lhe darás alimento para receber usura; eu sou Yahweh vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito para vos dar a terra de Canaã para ser o vosso Deus. Se o teu irmão se tornar pobre, estando contigo, e vender-se a ti, não lhe imporás trabalho de escravo; será para ti como um assalariado ou hóspede e trabalhará contigo até o ano do jubileu. Então sairá da tua casa, ele e seus filhos, e voltará ao seu clã e à propriedade de seus pais.</p>

Anexo 03

Neemias 13.1-3; 13.30 (Nm 22.2-6)	Deuteronômio 23.4-6
<p>Naquele tempo, fez-se ao povo uma leitura do livro de Moisés, e lá se achou escrito o seguinte: “O amonita e o moabita não serão admitidos à assembléia de Deus, e isto para sempre, porque não vieram ao encontro dos filhos de Israel com o pão e a água. Contrataram contra eles Balaão, para os amaldiçoar, mas nosso Deus mudou a maldição em bênção”. Logo que ouvimos a leitura da Lei, foi excluído de Israel todo elemento estrangeiro.</p> <p>Portanto, purifiquei-os de todo elemento estrangeiro. Estabeleci, para os sacerdotes e os levitas, os regulamentos que delimitavam para cada um a sua tarefa.</p>	<p>O amonita e o moabita não poderão entrar na assembléia de Yahweh; e mesmo seus descendentes também não poderão entrar na assembléia de Yahweh até à décima geração, para sempre; isso porque não foram ao vosso encontro com pão e água quando caminháveis após a saída do Egito, e porque assalariaram a Balaão, filho de Beor, de Petor em Aram Naaraim, para que te amaldiçoasse.</p>

Lembrar da definição de identidade legitimadora a partir das relações de poder proposta por Manuel Castells presente na página 3 (questões permanentes) “...*para sempre*”.

Lembrar da abordagem de Barth sobre a etnicidade na página 2, em que as características culturais servem como material que permite que o grupo mantenha seus limites.

Anexo 04

Grupos Sociais e Teológicos em Neemias

Grupo	Teologia adotada	Representação no livro
Fazendeiros Livres e Pobres	Teologia Deutenomista	Princípios deuteronomistas de religião ética, com ênfase às questões sociais e estilo de governo pré-estatal, que Neemias, de certa forma, tenta restabelecer através da divisão em “famílias/ clãs”, sem sucesso. Certamente trata-se de um deuteronomismo antigo, do período pré-exílico, que convivia em sincretismo com outras correntes religiosas. Inicialmente, pode ser entendido como o grupo “anti-Templo”, que não fazia questão em sua restauração. (A religião de Yahweh é ética comunitária).
Aristocracia Local	Sabedoria de cunho Moral	Composta talvez por representantes dos repatriados, uma vez que compreende-se que a “teologia moral da Sabedoria” nasce no exílio como fruto do desenvolvimento da “devoção pessoal” desenvolvida nesse contexto. Tem caráter anti- escatológico. Representado pelos líderes que têm dificuldade em cumprir a determinação de Neemias de reforma social, mas que acabam aceitando... (A religião de Yahweh é moral / individual).
“Rebeldes Anti-Império”	Profecia Escatológica	Grupo que não aceita a dominação persa, nem a posição dos outros grupos diante do mesmo; deseja a restauração de Israel/ Judá como reino independente, incitados pelas profecias de restauração do Reino (como Ageu e Zacarias, por exemplo). Pode ter sido atuante na reconstrução do templo, sob Zorobabel e Josué, e aparecem novamente no livro de Neemias querendo torná-lo rei! Esse grupo certamente decepcionou-se com o fracasso de suas expectativas, o que fez com que essas expectativas fossem transferidas para um “futuro distante”, escatológico.
Repatriados	Teologia Sacerdotal	Representam os grupos que retornam do exílio e seguem a Lei, porém não mais a “lei” deuteronomista, mas a Lei Sacerdotal, desenvolvida no exílio, com suas ênfases no Culto no Templo e Devoção pessoal. (A religião de Yahweh é ritual).

Interessante perceber que a Teologia sacerdotal ganha destaque no exílio, num período sem templo! Segundo Frank Crüsemann em A Tora (pg 390ss), isso ressalta a função “utópica” da Teologia, a construção de um “ideal” de relacionamento com Yahweh que, mesmo não sendo possível, deveria ser perseguido como possibilidade.

Bibliografia

ALBERTZ, Rainer, *A History of Israelite Religion in the Old Testament Period*, volume II: from the exile to the maccabees. Westminster John Knox Press Louisville, Dentucky. First American Edition 1.994.

Bíblia de Jerusalem.

CASTELLS, Manuel, *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume 2. Paz e Terra, São Paulo, 2.000.

CAVERRA, Neftalí Vélez, Reconstrução e identidade – a alternativa de Esdras in *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana* nº 9, Editora Vozes, Petrópolis, pág. 26-38.

CRÜSEMANN, Frank, *A Torá – Teologia e história social da lei do Antigo Testamento*. Vozes, Petrópolis, 2.001.

DONNER, Herbert, *História de Israel e dos povos vizinhos*. Sinodal, São Leopoldo, 1.997.

ESLER, Philip F., *Ezra-Nehemiah as a Narrative of (re-invented) Israelite identity in Biblical Interpretation*, 2003 volume 2 – pág. 413-426.

FOHRER, Georg, *História da Religião de Israel*, Paulus e Academia Cristã, São Paulo, 2.006.

GASS, Ildo Bohn. *Uma Introdução à Bíblia: Exílio Babilônico e Dominação Persa*. São Paulo / São Leopoldo, Paulus / CEBI, 2005, p. 114-134.

GOTTWALD, Norman K., *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*. Paulus, São Paulo, 1.988.

GUNNEWEG, Antonius H. J., *História de Israel – dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. Teológica / Loyola, São Paulo, 2.005.

HALL, Stuart. A., *A identidade cultural na pós-modernidade*. D P & A, Rio de Janeiro, 1.998.

JOHNSON, Paul, *História dos Judeus*, Imago, Rio de Janeiro, 1.995.

KILPP, Nelson, Esdras e Neemias in: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, nº 52, Editora Vozes, Petrópolis, 2005, pág. 169-183.

RENCKENS, H. S. J., *A Religião de Israel*. Vozes, Petrópolis 1.969.

SELVATICI, Mônica, *Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã: Questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no livro dos Atos dos Apóstolos*. Campinas, 2.006 – tese de Doutorado.

ISSN: 1980-9824 | Volume III - Ano 2 | Novembro de 2007

SILVA, Tomaz Tadeu, *A produção social da identidade e da diferença in Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos culturais*. Vozes, Petrópolis, 2.000, pág. 73-102.

WOODWARD, Kathryn, Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual in Silva, T.T., (org). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, Petrópolis, 2.000 – pág. 7-72.

ZENGER, Erich; BRAULIK, Georg; NIEHR, Herbert; STEINS, Georg; ENGEL, Helmut; SCHWIENHOST, Ludger; SCHROER, Silvia; MARBÖCK, Johannes; JÜNGLING, Hans Winfried; MEYER, Ivo; HOSSFELD, Frank Lothar. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo, Loyola, 2003, p. 231.